

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.123 - SP (2019/0296123-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIOGO CESAR PERINO - SP274029
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MATHEUS HENRIQUE PEREIRA PERES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. MENÇÃO, APENAS, À GRAVIDADE ABSTRATA DO CRIME. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.
Ordem concedida.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Matheus Henrique Pereira Peres** – preso cautelarmente pela prática, em tese, do crime de tráfico de drogas –, em que se alega constrangimento ilegal por parte do Tribunal de Justiça de São Paulo, que denegou a ordem ali impetrada (*Habeas Corpus* n. 0032179-26.2019.8.26.0000), mantendo a prisão preventiva imposta pelo Juízo de Direito do plantão judicial da comarca de Araçatuba/SP (Autos n. 1501236-83.2019.8.26.0603).

Alega a impetrante, em síntese, que *no caso em comento, não se pode alegar ser a manutenção da custódia necessária à garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal. E a não ser que tais critérios estejam demonstrados pormenorizadamente quando da decretação da prisão preventiva, não se sustentaria a assunção de sua existência pela simples alusão ao fato típico que está sendo imputado ao paciente* (fl. 8).

Postula, então, a concessão liminar da ordem para que seja revogada a prisão preventiva.

Em 3/10/2019, deferi o pedido liminar para assegurar ao paciente o direito de aguardar em liberdade o julgamento do mérito do presente *writ* (fls. 65/66).

Superior Tribunal de Justiça

Dispensadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fls. 72/75):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/06). PRISÃO PREVENTIVA. REFERÊNCIA À GRAVIDADE ABSTRATA DA INFRAÇÃO PENAL. QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA QUE, EMBORA EXPRESSIVA, NÃO É DE ELEVADA MONTA. INSUFICIÊNCIA PARA AMPARAR A CUSTÓDIA CAUTELAR.

PARECER PELA CONCESSÃO DA ORDEM, CONFIRMANDO-SE A LIMINAR, PARA REVOGAR A PRISÃO PREVENTIVA, FACULTANDO-SE AO JUÍZO DE ORIGEM A IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO QUE ENTENDER CABÍVEIS.

É o relatório.

A presente ordem merece concessão.

O magistrado singular decretou a prisão preventiva do paciente, nos seguintes termos (fls. 34/35 - grifo nosso):

[...]

O flagrante encontra-se formal e materialmente em ordem.

Durante a abordagem envolvendo o autuado foram apreendidos 3,19 gramas de substância entorpecente, com resultado positivo para cocaína, além de cento e dois reais em dinheiro, em notas diversas e um aparelho de telefone celular.

Tal circunstância demonstra, em sede de cognição sumária, que o autuado estava envolvido com a prática do tráfico de entorpecentes.

Os policiais que atenderam a ocorrência deram detalhes da conduta criminosa dele.

A acusação que pesa contra ele é grave, de crime de tráfico de entorpecentes, que traz efeitos nefastos para a sociedade, na medida em que incentiva a criminalidade e destrói a base desta que é a família, sendo necessária sua custódia para garantia da ordem pública.

Ressalto, ainda, que não se fazem presentes os requisitos para a aplicação da prisão domiciliar ou das medidas cautelares previstas pelo artigo 319 do CPP.

Assim, estando presentes os requisitos necessários, converto a prisão em flagrante em prisão preventiva de MATHEUS HENRIQUE PEREIRA PERES, com fundamento nos artigos 310, II e 312, do Código de Processo Penal.

Expeça-se mandado de conversão da prisão em flagrante em preventiva.

[...]

Da análise dos trechos transcritos, observa-se que o Juízo de primeiro grau fundamentou a decretação da prisão cautelar do paciente, exclusivamente, na gravidade abstrata do crime, o que é inadmissível pela jurisprudência desta Corte.

Em face do exposto, **concedo** a ordem impetrada, **confirmando a medida**

Superior Tribunal de Justiça

liminar, para revogar a prisão cautelar imposta ao paciente nos Autos n. 1501236-83.2019.8.26.0603, podendo o Magistrado singular aplicar medidas alternativas à prisão que entender pertinentes, desde que fundamentadamente.

Comunique-se com urgência.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

